

Quinta-Feira, 04 de Junho de 2026

Comissão criada na assembleia vai definir o futuro da Empaer

Futuro da Empaer em debate

Da assessoria

Nem tanto ao mar nem tanto à terra. A audiência pública para debater a venda de quatro áreas rurais da Empaer e a destinação de um terreno urbano para a construção de moradias populares, realizada na tarde desta segunda-feira, 24, na Assembleia Legislativa, não conseguiu definir a linha de entendimento do deputado Júlio Campos (União), que a convocou e presidiu. A complexidade do tema e a forma intransigente com que as partes divergiram levaram os deputados participantes a decidirem pela criação de uma comissão mediadora, para funcionar como bombeiro e encontrar o melhor caminho para que aquela empresa pública estadual de pesquisa, assistência e extensão rural cumpra seus propósitos em benefício das 150 mil famílias de assentados, quilombolas, comunidades tradicionais, sitiantes e chacareiros nos 141 municípios instalados.

A comissão não tem nome definido nem prazo para entrar em funcionamento, mas acredita-se que isso ocorra ainda nesta semana, pela urgência do cenário criado pela política do governador Mauro Mendes (União) que inclui os temas que levaram à realização da audiência. Por consenso, Júlio Campos presidirá essa comissão. A audiência estava prevista para acontecer em três horas, e o tempo foi respeitado. Porém, o presidente da Empaer, Suelme Fernandes, fez um pronunciamento de 1 hora e 6 minutos, o que impediu a fala de servidores, pesquisadores e autoridades inscritos para o microfone. Suelme lançou mão de uma tática estudantil, de prolongar o discurso na tentativa de esvaziar o contraditório.

Gilmar Brunetto, o Gauchinho, presidente do Sinterp - o sindicato do pessoal da Empaer lidera a resistência contra a proposta da Empaer, amparada por uma deliberação de seu Conselho Deliberativo, de vender os campos experimentais em Rosário Oeste e Acorizal, de se desfazer de parte das áreas de experimentos em Cáceres e Sinop, e de demolir o prédio de sua unidade com 76 salas na cidade de Várzea Grande.

O deputado estadual Valdir Barranco (PT) fez um duro pronunciamento criticando a decisão da Empaer. Barranco alertou Suelme para que ele não manchasse seu currículo com o desmantelamento da Empaer

Gauchinho argumentou que essa meta é um passo a mais para o desmonte da Empaer visando seu aniquilamento e conseqüente fechamento. Suelme contrapôs afirmando que o governo está em busca da 'Nova Empaer', e que a eventual venda das áreas não comprometerá nem colocará em risco a pesquisa agrônômica.

Suelme disse ainda que o trabalho em busca da Nova Empaer é apresentado (por Gauchinho) como apocalíptico e que seus críticos fazem terrorismo sobre a roupagem que é preparada para a empresa. O presidente da Empaer afirmou ainda que sua função é a pesquisa, a assistência e a extensão, e que ela não

pode permanecer como imobiliária, dona de 105 terrenos. Além disso, ele traçou um comparativo entre seu ativo imobiliário e seus quadros funcionais que contam com apenas 14 pesquisadores e 221 extensionistas quando são necessários 1.500.

Em vários trechos do pronunciamento Suelme buscou em seu histórico de vida o amparo que precisava para não deixar dúvidas sobre o que afirmava. O deputado estadual Wilson Santos (PSD) considerou que o assunto descambou para o lado pessoal e lembrou ao presidente que o tema ali não era a conduta desse ou daquele, mas o rumo da Empaer. "Você, Suelme, nem era nascido quando a Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso (Acarmat), embrião da Empaer, foi criada. Todos nós somos passageiros, mas as instituições ficam". Depois dessa consideração do parlamentar, Suelme deixou de lado o perfil de retidão que tanto destacou antes.

Com firmeza, críticos da política da Nova Empaer desqualificaram a fala de Suelme sustentando que, ao contrário do que ele afirmou, há, sim, pesquisa em curso nas áreas que a empresa quer se desfazer. O professor Cassiano Cremon, coordenador do Departamento de Agronomia da Universidade do Estado (Unemat), em Cáceres, revelou que integra um grupo que há 18 anos desenvolve pesquisa na área experimental de Cáceres, "inclusive com trabalhos publicados em revistas científicas do exterior"; Cremon foi ácido com Suelme observando que ele (Suelme) não pode demonstrar conhecimento sobre a área cacerense depois de tê-la visitado a bordo de uma camionete, "é preciso conhecer realmente para falar e principalmente para tomar decisão dessa natureza", resumiu.

A política da Nova Empaer foi questionada pelo suplente de senador José Lacerda (PSD); deputado estadual Valdir Barranco (PT); pela deputada estadual Janaína Riva (MDB), remotamente; pela vereadora por Várzea Grande, Rosy Prado (União); vereadora Valdeníria Dutra (PSB), de Cáceres; e pelo vereador João Leite (Republicanos), de Jauru.

Rosy Prado destacou que a unidade urbana da Empaer em seu município é muito importante para a agricultura familiar desenvolvida pelos pequenos produtores que cultivam nas comunidades várzea-grandenses, e que lutará para sua manutenção. João Leite criticou duramente a meta da Empaer em vender campos experimentais, e que ao invés dessa proposta o governo deveria além de mantê-los, construir escolas agrícolas e, nos casos em que os mesmos se encontrem invadidos, "o ideal é fazer parcerias com os ocupantes, para que os mesmos cultivem com assistência técnica oferecida pela Empaer e amparados por uma justa política agrária e social do governo".

JÚLIO CAMPOS - Engenheiro agrônomo e produtor rural acumulando experiências adquiridas no exercício de vários mandatos eletivos, Júlio Campos adotou a postura da negociação, de modo a contemplar os servidores da Empaer, fortalecer a empresa e facilitar para o governo implementar uma política justa, com base nas manifestações do pessoal da Empaer, dos pequenos produtores rurais e ouvida a classe política.

A Empaer tem em Júlio Campos um de seus defensores. Em 1983, no cargo de governador, seu governo construiu o prédio em Várzea Grande, que a empresa quer demolir para construir moradias populares.

Júlio Campos salientou que sua família tem fortes vínculos com a Empaer, fundada em 1992 por seu irmão, o senador Jaime Campos (União) e então governador, com o nome de Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) e resultante da fusão da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso (Emater) com a Empresa de Pesquisa Agropecuária (Empa) e com a Companhia de Desenvolvimento Agrícola (Codeagri).

Para Júlio Campos o papel da Comissão será decisivo para o amanhã da Empaer, porque os deputados se orientarão por seus levantamentos, e não haverá risco de tomada de posicionamento com base em discurso e na tentativa de convencimento por parte de interessados. O deputado acredita que o trabalho será rápido, eficiente e transparente. Arrematou observando que os membros da Comissão e os demais deputados que quiserem, vistoriarão todos os imóveis da empresa, ouvirão todas as categorias de seus servidores, conversarão com entidades representativas da cadeia da agricultura familiar e com as famílias dessa atividade rural.

PRESENCAS - Da Assembleia, que acaba de decidir que definirá o rumo da Empaer por meio do trabalho da comissão recém-criada, participaram da audiência, seu presidente Júlio Campos, Wilson Santos, Valdir Barranco, Dr. João (MDB) e Janaína Riva, remotamente.